

## **O IMBRÓGLIO SOBRE AS FAVELAS E A INSTAURAÇÃO DO REAL**

Prof. Dr. Eber Pires Marzulo

**Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e  
Regional (PROPUR) - Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul (UFRGS)**

eber.marzulo@ufrgs.br

Agatha Muller de Carvalho

**Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e  
Regional (PROPUR) - Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul (UFRGS)**

agatha0muller@gmail.com

Gustavo Tessler

**Faculdade de Geografia - Universidade Federal do Rio Grande  
do Sul (UFRGS)**

gugatessler@gmail.com

### **1. DOS DADOS NUMÉRICOS À IMAGEM CARTOGRÁFICA**

Onde estão os pobres nas metrópoles brasileiras no século XXI? A pergunta remete imediatamente ao conjunto de políticas públicas realizadas na primeira década do século, a partir de um novo quadro institucional marcado por políticas urbanas do governo federal. Em conjunto, analistas, gestores e ativistas sociais apontavam para uma melhoria das condições de vida dos pobres encaminhando para uma diminuição de assentamentos precários e de população vivendo nestes territórios. O censo do IBGE (Brasil, 2010) traria dados para se entender onde e em qual proporção ocorrera a diminuição desses assentamentos e sua população. Por princípio, estava colocado que o espaço dos pobres (Marzulo, 2005) não apareceria nos dados, na medida em que o IBGE (Brasil, 2010) vem tratando os assentamentos precários como aglomerados subnormais com definições que restringem bastante a constituição do fenômeno, tema que será tratado de modo específico na sessão 2 do presente artigo. Loteamentos

clandestinos, pequenos assentamentos precários, conjuntos habitacionais ocupados ou degradados, prédios de aluguel com moradias precárias, loteamentos legais com pouca infraestrutura e afins, espaços típicos dos pobres que vivem nas metrópoles brasileiras (Marzulo, idem) não estão no radar. Isto era previsto. E, logo, estava dentro dos limites daquilo que os dados trariam. Todavia, os dados apresentaram surpreendentemente um aumento proporcional da população vivendo em favelas e o maior crescimento da quantidade de população vivendo nessas condições, desde que a classificação foi estabelecida, tomado os limite da formulação de aglomerados subnormais. Situação espantosa. Espanto que aumentaria ao se tomar dados tratados pelo IPEA (IPEA, 2012) para a ONU (Un-Habitat, 2010) que apresentariam uma população muito maior vivendo em favelas, mas com decréscimo relativo acentuado em relação ao período anterior.

A dinâmica por detrás de tais contradições está analisada a seguir. No entanto, entende-se como fundamental apresentar primeiro o sentido do estudo que subsidia a presente análise. Afinal, em um quadro ainda de hegemonia de uma perspectiva platônica em nosso ambiente acadêmico-científico, em que pese todas as inovações da filosofia ocidental da segunda metade do século XX, em especial se tendo como referencia a virada linguística (*linguistic turn*) wittgensteiniana e as recentes formulações sobre critérios de veracidade nas ciências duras (*hard-sciences*) trazendo novas questões sobre o estatuto da ciência (Latour, 2004), a questão aqui proposta poderia ser com facilidade entendida como de busca da verdade do fenômeno. E não é disto que se trata. De fato, a investigação pretende demonstrar como um fenômeno tão caro e relevante para a questão nacional e hoje dada às alterações no cenário mundial, seja pelo peso demográfico dos pobres nos EUA, Canadá e Europa Ocidental, seja pela dinâmica de urbanização na África subsaariana e oriente longínquo (Davis, 2006), assume importância paradigmática em termos internacionais, tem dependência de critérios linguísticos com efeitos estatísticos e cartográficos em sua constituição. Coloca-se em questão de modo demonstrativo o processo de construção do fenômeno a partir do paradigma mais estabelecido dos critérios de veracidade científica, a saber, a expressão matemática do fenômeno. No caso, expressão matemática de cunho estatístico cujos problemas analisados têm incidência imediata na cartografia.

A crítica ao paradigma matemático como critério de veracidade está imbricada na própria constituição das ciências sociais, ou em termos genéricos as *soft sciences*, como campo científico específico e, logo, autônomo em relação aos parâmetros das ciências empírico-matemáticas (*hard sciences*), em alguma medida desde Weber (2012) até Bourdieu (1987). Na contemporaneidade as formulações de Latour (2004) apontam para uma problematização da neutralidade de toda produção científica e o campo teórico da física e da própria matemática avançam no sentido de se constituírem como ciência antes por inserção em uma tradição ou epistemologia (Bachelard, 1999) do que por compromisso em produzir um conhecimento mais próximo da realidade física, na medida em que avanços teóricos e mesmo experimentais apontam para a determinação do físico desde a posição do sujeito e sua relação com o objeto.

A virada linguística (Wittgenstein, 2009) coloca a questão em termos filosóficos projetando alterações epistêmicas no entendimento sobre a produção do conhecimento ao estabelecer os limites discursivos como intransponíveis na tentativa de desvelar o mundo físico tal como pretende o paradigma representacional platônico. Questão que se cola ao problema tratado porque a definição dos critérios estatísticos de descrição de uma hipotética realidade está subordinada por princípio a uma construção discursiva delimitadora dos parâmetros que constituirão a verdade do fenômeno e, logo, parâmetro de veracidade. Tem-se aqui a apresentação imediata da subordinação da formulação mais neutra do ponto de vista científico, a matemática, ao discurso. Todavia, se tal delimitação matemática aparece subordinada a uma construção discursiva pode-se ir além da problematização desta descrição do fenômeno, na medida em que tais parâmetros estatísticos, isto é, de matemática aplicada, são referenciais para o estabelecimento da cartografia. E aqui se propõe uma nova virada, agora visual.

A virada visual (*visual turn*) emerge como abordagem que reposiciona a imagem na sociedade contemporânea (Jay, 2003-2004) ao tratá-la como discurso e, logo, referencial de constituição de sentido, tirando-a da posição de figura ilustrativa subordinada necessariamente ao texto ou de representação pictórica da realidade para posicionar a imagem como categoria abstrata capaz de estabelecer novos sentidos (Deleuze, 1990) na disputa pela instauração da materialidade, seja em termos prescritivos, como os projetos urbanos e arquitetônicos, seja

analiticamente, como nas artes. Tal abordagem ainda está pouco difundida e se apresenta como periférica aos circuitos mais estabelecidos nas ciências em geral, incluindo mesmo os campos em que o tema tem centralidade como as artes e humanidades, alcança contornos de irrelevância no âmbito da produção de espacialistas e territorialólogos, apesar da centralidade da imagem no campo. Seja na geografia, arquitetura ou urbanismo, para ficarmos nas áreas acadêmicas imediatamente do espaço, a imagem segue sendo figura ilustrativa ou descritiva de ideias, mesmo quando produzida como projeto na arquitetura e urbanismo, cujo objetivo é sua instauração material, o entendimento permanece de subordinação a conceitos e teorias expressas textualmente ou a programas também expressos através de textos. Se é assim com imagens de projetos a serem realizados, muito mais ainda em cartografias que pretendem apenas representar o que se encontra no espaço, apesar de todo o vasto campo de crítica cartográfica (Santos, 2011) e a emergência de cartografias alternativas que pressupõem a existência de uma disputa pela descrição cartográfica enquanto necessariamente disputa política, pois engendra relações de poder. Mesmo nessas correntes críticas não se afirma uma abordagem da cartografia como discurso que disputa uma instauração da materialidade.

É aqui, nessa segunda virada, a visual, em que se situa o segundo movimento de problematização: a imagem cartográfica das favelas no Brasil. Afinal, a cartografia estabelece uma imagem dos fenômenos no espaço que os instaura em termos de escala e dimensões parâmetros absolutamente relevantes, se não definidores da situação e posição do problema em termos de seu processo de territorialização. Daí o imperativo de se estabelecer nos estudos espaciais e territoriais a questão da imagem como discurso instaurador e, no caso em análise, de tratar a construção discursiva imagética do fenômeno favela em Porto Alegre. Escolha que se deve a importância de políticas urbanas realizadas entre 1989-2004 nesta cidade que deveriam emergir no censo IBGE de 2010 (Brasil, 2010). Estudo de caso desenvolvido em condições particularmente complexas e ao mesmo tempo afirmativas da questão epistêmica que o orienta, pois tendo um *imbróglío* na constituição da veracidade matemática dos dados desde distinções na conceitualização textual do fenômeno.

O artigo está organizando em 4 seções, em que a sessão 2, Rediscutindo a construção da favela apresenta o problema da conceitualização do fenômeno favela no Brasil do século XXI e seus efeitos quantitativos. Na seção 3, O discurso imagético de cartografias, apresenta-se as diferentes imagens cartográficas constituídas pelas distintas definições de favela. Na última seção, Qual favela?, retoma-se a questão de fundo epistêmico-filosófico sobre as disputas de instauração do real a partir do estudo e também os problemas intrínsecos a definição do fenômeno.

Esperamos contribuir para os debates que atravessam o presente artigo, a saber: a) de caráter epistêmico-filosófico sobre a instauração do real desde discursos incluindo a imagem como discurso; b) os problemas na definição de favela; c) a subordinação de dados quantitativos a definições textuais; d) a incidência de dados de matemática aplicada na construção cartográfica; e) a cartografia como imagem que disputa a instauração do real.

## **2. REDISCUTINDO A CONSTRUÇÃO DA FAVELA**

A construção da favela como fenômeno espacial se dá através da produção de dados estatístico a respeito da mesma, estando o conceito de favela estabelecido para parametrizar a produção destes dados, os quais incidem sobre o fenômeno e no território através da projeção cartográfica e da delimitação geográfica e produzem distintas realidades acerca da favela. Segundo Certeau (1996, p.170), "a vontade de ver a cidade precedeu os meios de satisfazê-la" em que o administrador do espaço, o urbanista se coloca a certa distância da cidade buscando fazer uma projeção da mesma. Este afastamento condiciona a possibilidade do esquecimento e desconhecimento das práticas cotidianas da cidade, impedido a compreensão e constituição do fenômeno em sua complexidade. Na medida em que o mesmo é estabelecido por definições que se afirmam por critérios matemático-estatísticos com incidência cartográficas.

No âmbito institucional a favela recebe distintas definições. Tem-se a classificação da ONU em seu relatório THE CHALLENGE OF SLUMS: GLOBAL REPORT ON HUMAN SETTLEMENTS (Un-Habitat, 2003) no qual favela está condicionada a pelo menos três critérios de cinco elencados: 1) acesso

a água; 2) esgotamento sanitário; 3) qualidade e localização das moradias; 4) densidade de moradores por domicílio e; 5) posse do terreno. Importante salientar que não há hierarquização de relevância entre os critérios. O termo aglomerado subnormal utilizado pelo IBGE desde o Censo de 1991. A definição está norteada pelos critérios de quantidade mínima de 51 unidades habitacionais, ausência de posse da terra e ainda padrão de urbanização e/ou precariedade de serviços públicos essenciais (BRASIL, 2010). A questão da posse da terra condiciona a existência do fenômeno, se a posse for legal, por princípio não será aglomerado subnormal. No caso em estudo, a cidade de Porto Alegre, toma-se como referência o termo vila adotado no estudo Mapa da Irregularidade Fundiária (Moraes, 2000) realizado pelo Departamento Municipal de Habitação da Prefeitura de Porto Alegre, DEMHAB, e ainda utilizado atualmente, em que o único critério é a ausência posse da terra não levando em conta carências, padrão de urbanização ou densidade habitacional. Destaca-se o problema para todo tipo de irregularidade em termo de propriedade acabar sendo incluído no fenômeno.

Nota-se claramente a distinção de definições e critérios entre as instituições acerca da favela. Apesar da posse da terra ser um critério comum às três instituições, o grau de relevância é diferente entre elas. No caso do IBGE (Brasil, 2010) e do DEMHAB (Moraes, 2000) a questão da posse é imprescindível para reconhecimento de favela, todavia, nos censos juntamente com outros critérios, enquanto no DEMHAB (Moraes, 2000) é exclusivamente a questão da posse. Para ONU (Un-Habitat, 2003) a ausência de título é uma variável do critério, porém a favela podendo ser identificada desde outras três variáveis que não incluam a propriedade/posse. Estas distinções de definição dificultam a circunscrição do fenômeno, pois cada critério produz dados diferentes e constrói distintas realidades, operando tanto estatisticamente como na delimitação de territórios que incidem também nas questões identitárias e de significação (Araujo, 2007) a respeito da favela como será apresentado de forma mais detalhada a seguir.

As incongruências de critérios entre instituições ficam claras ao nos depararmos com os números produzidos. Conforme tabela 1, pode-se perceber que os números provenientes do relatório, STATE OF THE WORLDS CITIES 2000-2011 - ONU (Un-Habitat, 2010), são distintos e muito altos em relação aos

produzidos pelos censos do IBGE (Brasil, 2001; Brasil, 2010). Enquanto a ONU (Op.cit.) apresenta dados na faixa dos 40 milhões de população de moradores em favelas, o IBGE (Op.cit.) inicia o censo de 2000 com 6,5 milhões e finaliza no censo de 2010 com 11,4 milhões de habitantes vivendo em aglomerados subnormais. Isso poderia ser explicado pela composição dos critérios de classificação de cada instituição. A ONU (Op.cit.) se utiliza de cinco variáveis sendo no mínimo três para identificação de favelas, o IBGE (Op.cit.) parte da posse da terra e da quantidade mínima de unidades, juntamente com fatores de precariedade e urbanização. Nota-se que os critérios do relatório ONU (Op.cit.) são mais abertos e englobam maiores tipos de condições de favela do que os critérios do para os censos.

Tabela 1 – Tabela comparativa de população em favela ONU (*slum*) e IBGE (aglomerado subnormal)

INSTITUIÇÃO	FINAL SÉC XX*	INÍCIO SÉC XXI**	CRESCIMENTO
ONU / UN-HABITAT	40,9 mi	45,7 mi	1,11
IBGE / CENSOS	6,5 mi	11,4 mi	1,75

Fonte: elaboração dos autores conforme Marzulo, 2014(b).

\* Dados Un-Habitat (2010) referente ao ano 1990 e Brasil (2001) referente ao censo 2000.

\*\* Dados Un-Habitat (Op.cit.) referente ao ano 2007 e Brasil (2010) referente ao censo 2010

Ainda em relação aos critérios e de como estes incidem na produção de números e logo na construção de realidades, outro fator que explicaria a disparidade entre ONU (Un-Habitat, 2010) e IBGE (Brasil, 2001; Brasil, 2010) é a questão do número de domicílios. Enquanto o relatório da ONU (Op.cit.) não especifica uma quantidade mínima de domicílios para se constituir uma favela, os estudos do IBGE (Op.cit.) delimitam este número em 51 domicílios, deixando de fora dos seus cálculos os aglomerados subnormais com até 50 moradias. Resumindo, além de ter um critério mais aberto, com cinco variáveis que tem o mesmo grau de importância, a ONU (Op.cit.) não exclui dos seus cálculos favelas de até 50 domicílios, enquanto o IBGE (Op.cit.) condiciona seus critérios priorizando a posse da terra e o número mínimo de 51 domicílios.

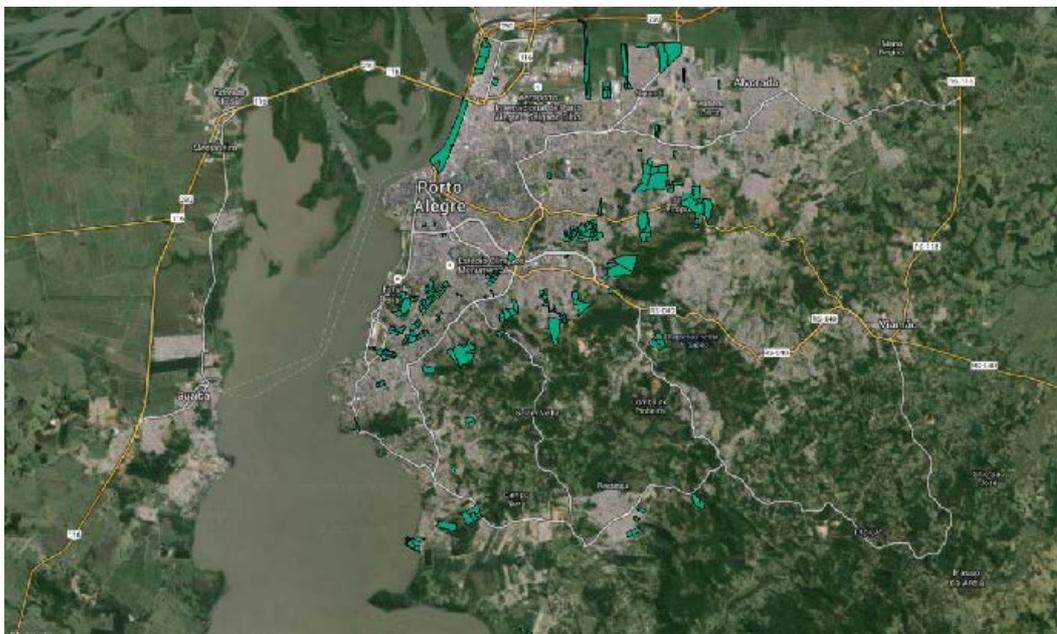
Mesmo os números da ONU (Op.cit.) sendo espantosamente maiores que os do IBGE (Brasil, 2001; Brasil, 2010) e o intervalo de tempo dos dados da ONU (Op.cit.) ser também maior (17 anos contra 10 anos), a taxa de crescimento de população em favela (*slum*) é um pouco maior que a metade da taxa apresentada para aglomerados subnormais. A baixa taxa de crescimento da ONU (Op.cit.) é condizente com as melhorias de urbanização e condições de saneamento e regularização fundiária em favelas que marcaram o início do século XXI como programas como Favela-Bairro, a implementação do Orçamento Participativo e a criação do Estatuto da Cidade (Marzulo, 2013). Nota-se que os critérios utilizados pela ONU (Op.cit.) são mais sensíveis a pequenas mudanças, em que, muitas vezes, uma favela é urbanizada com melhora de questões sanitárias, mas a questão da posse não é resolvida. Ainda assim, esperava-se resultados diferentes aos apresentados no censo de 2010, principalmente pela questão da regularização fundiária, visto que a questão da posse da terra é parte fundamental do critério.

Por outro lado, Mation et al. (no prelo) traz um ponto importante para analisar o crescimento desta taxa nos dados do IBGE (Op.cit.). A hipótese é de que o surgimento de novos aglomerados subnormais tenha ocorrido devido ao crescimento demográfico de pequenas favelas que passaram a ter mais de 50 domicílios em 2010 mas já tinham as mesmas condições de aglomerado subnormal em 2000 porém eram incorporadas em setores censitários normais devido ao tamanho. O trabalho de Mation et al. (no prelo, p.10) afirma que "a maioria dos estudos sobre o tema indica que houve subestimação da estimativa de áreas em favelas no Censo 2000" apontando que a limitação mínima de 51 domicílios para classificação de aglomerado subnormal é fator fundamental para esta subestimação.

Em outro trabalho (Marzulo, 2014(a)), o problema do crescimento inesperado dos dados de aglomerados subnormais do IBGE (Brasil, 2001; Brasil, 2010) já havia sido discutido, buscando uma comparação mais aprofundada dos censos, através da observação da territorialização dos resultados e utilizando a cidade de Porto Alegre como caso. A partir da figura 1 que demonstra a territorialização dos dados do censo de 2000 (Brasil, 2001), desenvolvida neste mesmo trabalho, nota-se que uma parte considerável dos aglomerados subnormais

se localiza na borda sul e leste da mancha urbanizada da cidade. A partir daí, inicia-se região de morros com atividades de produção primária (hortifrutigranjeira) e condomínios horizontais de alta renda. No entanto, a distribuição de aglomerados subnormais não aparece com relevância quantitativa na periferia da cidade, em especial nos extremos sul e leste da cidade, no limite com cidades da Região Metropolitana (Viamão, Cachoeirinha e Alvorada). Outra área da cidade que os aglomerados subnormais aparecem com relevância é o limite norte de Porto Alegre, região próxima ao centro da cidade, porém localizada em cota alagadiça e com grandes equipamentos como rodovias e aeroporto e que historicamente de pouca valorização imobiliária.

Figura 1 – Aglomerados Subnormais censo 2000



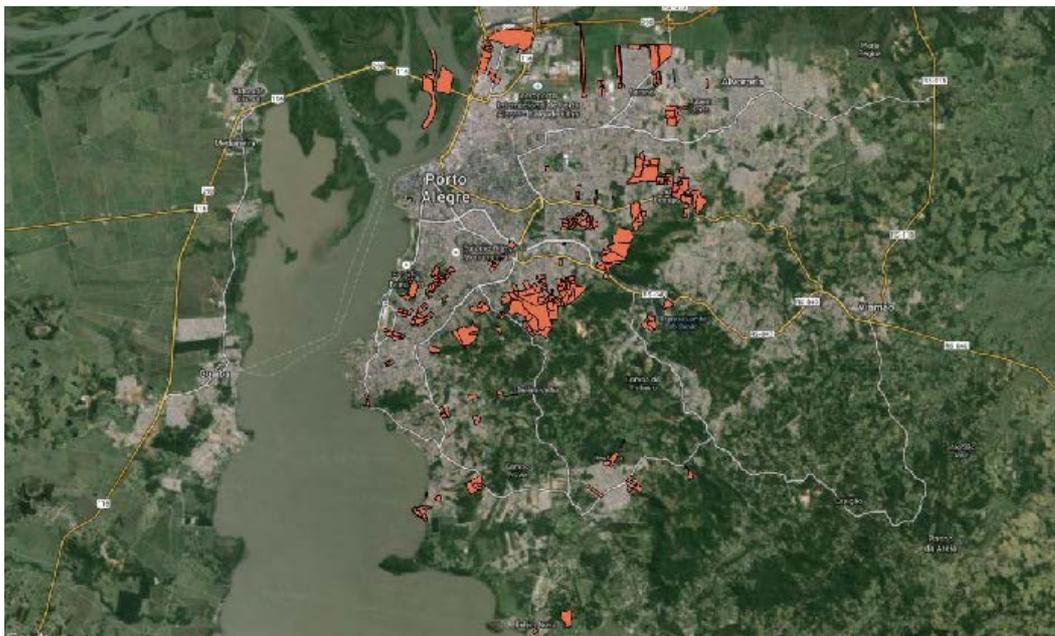
Fonte: Marzulo, 2014 (a)

No censo de 2010 (Brasil, 2010), figura dois abaixo, o padrão de distribuição dos aglomerados subnormais é similar ao apontado no censo anterior, o que a princípio indica que a dinâmica de favelização dos censos 2000 para o de 2010 se deu basicamente por uma concentração de novos aglomerados subnormais, ao longo dos anos, aos já existentes na época. Essa concentração pode ter ocorrido devido ao crescimento demográfico do aglomerado subnormal com nova delimitação e subdivisão do mesmo em novos aglomerados subnormais, uma vez que, segundo a publicação METODOLOGIA DO CENSO 2000 (Brasil, 2003) do IBGE, o Setor Especial Aglomerado Subnormal (favelas e similares) é

delimitado com o mínimo de 51 e máximo de 350 domicílios. Porém, na publicação da metodologia do censo de 2010 (Brasil, 2013) a questão dos critérios de delimitação de um Setor Especial Aglomerado Subnormal só é especificada em relação à quantidade mínima necessária de domicílios (51), dificultando a verificação da hipótese da ocorrência de uma subdivisão e nova delimitação dos aglomerados subnormais surgidos no censo de 2010 (Mation et al., no prelo), no que se refere a constatação do aumento da quantidade de aglomerado subnormal.

Importante ressaltar o alerta do IBGE de que os resultados do censo 2010 "não são diretamente comparáveis com os obtidos por censos anteriores" (Brasil, 2011) em virtude de "inovações metodológicas e operacionais" (Ibidem). Em relação ao método, o IBGE (Op.cit.) realizou duas pesquisas: o Levantamento de Informações Territoriais, em 2009, composto de investigação junto com prefeituras a respeito de questões fundiárias e um trabalho de campo de coleta de informações sobre morfologia, densidade e condições de urbanização; e as reuniões em 2011 nas Comissões Municipais de Geografia e Estatística entre o instituto, prefeituras e sociedade civil para atualização de cadastros e mapas. Em relação às questões operacionais, foram utilizadas imagens de satélite de alta resolução para identificação de possíveis áreas típicas de aglomerados subnormais para verificação em campo.

Figura 2 – Aglomerados Subnormais censo 2010



Fonte: Marzulo, 2014 (a).

Alguns problemas a respeito da identificação de aglomerados subnormais puderam ser observados em casos isolados, a partir do estudo de Marzulo (2014a) na cidade de Porto Alegre. A exemplo da chamada Vila Chocolateiro (no bairro Centro da cidade), formada por volta de 1984 (Porto Alegre, 2012), anteriormente ao recenseamento de 2000 (cf. figura 1) mas que só vai ser identificada como aglomerado subnormal no censo de 2010 (cf. figura 2). Apesar de se tratar de um caso isolado, aponta falhas que justificam o alerta do IBGE (Brasil, 2011) de que os dois últimos censos não são diretamente comparáveis devido a inovações na metodologia e ferramentas de coleta de dados. Cabe salientar a possibilidade de que, antes de 2000, a Vila Chocolateiro não tenha mais de 51 domicílios, o que explicaria essa incongruência metodológica, mas também reforçaria o problema da definição, pois se trata de expressão de fenômeno de grande relevância por sua localização.

O estudo de Mation et al. (no prelo) realizado para o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) apresenta uma análise detalhada do ponto de vista estatístico das incongruências entre os censos 2000 e 2010 do IBGE. Partindo do pressuposto que o trabalho realizado pelo IBGE (Brasil, 2001) para o censo de 2000 teve problemas na identificação dos aglomerados subnormais e, ao contrário, o censo IBGE (Brasil, 2010) para 2010 teve aprimoramentos na coleta, o estudo

(Mation et al., no prelo) recalcula os dados do censo de 2000 (Brasil, 2001), a partir do censo de 2010 (Brasil, 2010), permitindo verificar grande disparidade entre os números originais do IBGE para o censo de 2000 (Op.cit.) - 6,5mi hab.- e o recálculo para o mesmo projetado a partir das técnicas empregadas pelo censo de 2010 (Op.cit.) que atingem 10,5mi hab. O recálculo apresentado abaixo na tabela 2 mostra que, assim como no relatório da ONU (Un-Habitat, 2010, cf. tabela 01), a população em favelas cresce, porém a taxa de crescimento é levemente inferior ao crescimento populacional do Brasil, reforçando a discussão de Marzulo (2013) acerca das melhorias de urbanização e condições de saneamento e regularização fundiária em favelas que marcaram o início do século XXI. Importante salientar (conforme tabela 1) que o crescimento na comparação entre os censos 2000 e 2010 (Brasil, 2001; Brasil, 2010) é de 1,75, enquanto após o recálculo (ver tabela 2) é de 1,08.

Tabela 2 – Dados população em aglomerados subnormais censo 2000, 2000 (recalculado) e 2010.

CENSO	POP. TOTAL	POP. EM FAVELAS	POP. EM FAVELAS %
2000	143.338mi	6,5mi	4,6
2000 (recalculado)	143.338 mi	10,5 mi	7,3
2010	164.919 mi	11,4 mi	6,9
CRESCIMENTO	1,12	1,08*	

Fonte: elaboração dos autores conforme Brasil, 2000; Mation et al., no prelo; Brasil, 2010.

\* Crescimento com base no recálculo (Mation et al., no prelo)

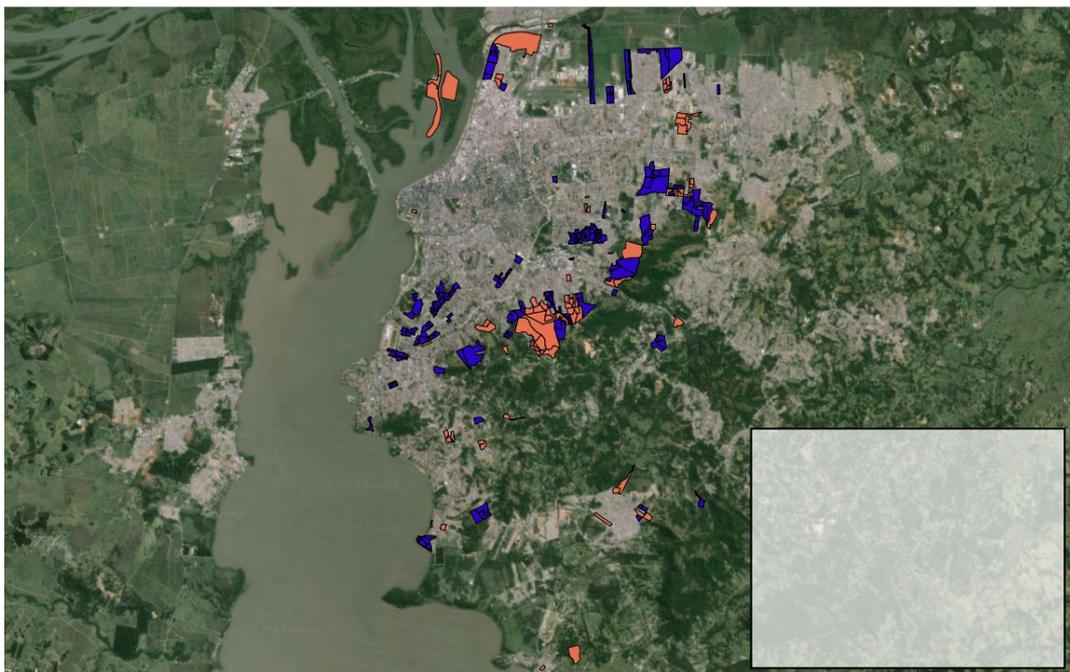
O recálculo de Mation et al. (no prelo) ressalta os problemas internos da questão do método de identificação de aglomerados subnormais. Sobrepe-se a este, a problemática das definições e da aplicação de critérios matemáticos na construção do fenômeno da favela. Em termos gerais, a produção de dados estatísticos é parametrizada pelo conceito de favela que é construído a partir de critérios definidos por instituições de pesquisa. As distinções entre os critérios produzem uma variedade de discursos numéricos e imagéticos a partir de dados estatísticos e cartografias, os quais constroem distintas realidades a respeito de

favela, dificultando a circunscrição do fenômeno. A seguir se aprofundará a análise dos efeitos do método de recálculo (Mation et al., no prelo) nas imagens cartográficas. Adiante será apresentada a produção cartográfica para a cidade de Porto Alegre realizada a partir deste estudo, podendo assim verificar como ocorre a distribuição dos aglomerados subnormais no território.

### 3. O DISCURSO IMAGÉTICO DE CARTOGRAFIAS

Para o estudo das áreas favelizadas no município de Porto Alegre, utiliza-se da cartografia georreferenciada buscando alcançar resultados confiáveis para a análise dos dados. Em um primeiro momento são destacados sobre o mapa da cidade os setores censitários identificados pelo IBGE (Brasil, 2000) como aglomerados subnormais no Censo de 2000 (ver Figura 1). Posteriormente, tem-se grafados os aglomerados subnormais (ver Figura 2) identificados pelo IBGE (Brasil, 2010) no Censo de 2010. Estendendo esta análise (Figura 3, abaixo), apresenta-se uma sobreposição de *layers* em que os aglomerados subnormais são subdivididos da seguinte maneira: em azul, os setores censitários já catalogados no Censo anterior (Brasil, 2000); em laranja, os que receberam esta denominação – aglomerados subnormais - somente a partir do último Censo (Brasil, 2010)

Figura 3 – Aglomerados Subnormais Censo 2010

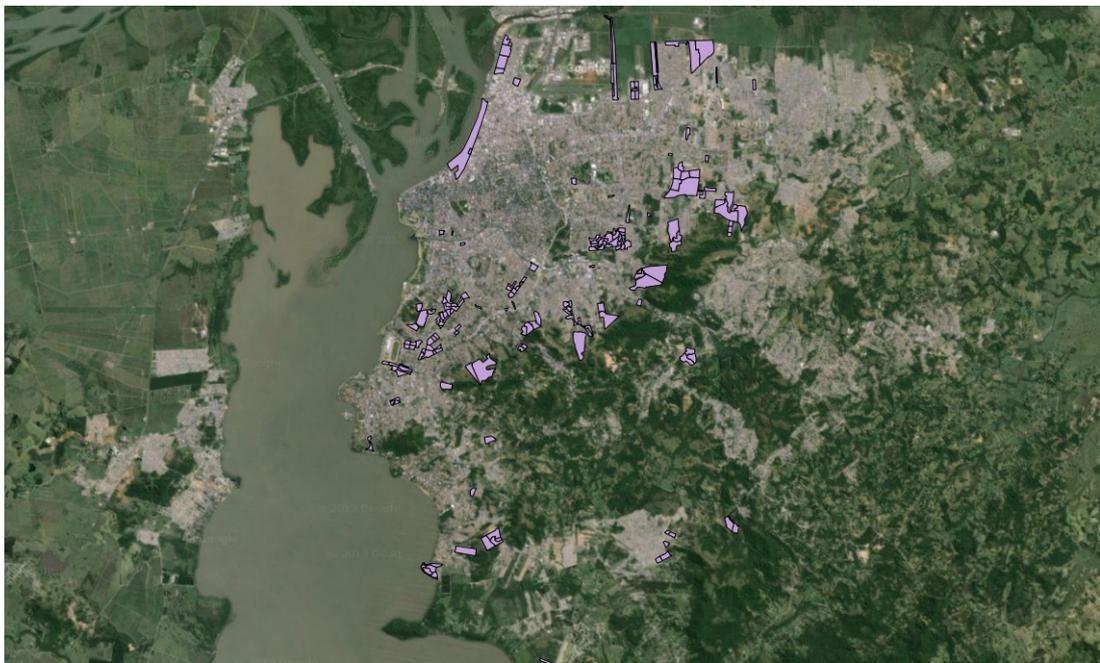


Fonte: Elaboração dos autores conforme Brasil (2010)

Como já relatado pelo IBGE (Brasil, 2011), devido aos avanços na metodologia de classificação os resultados do Censo 2010 (Brasil, 2010) não são diretamente comparáveis com os de censos anteriores. Para tentar uma análise mais profunda, Mation et al. (no prelo) desenvolve a técnica das Áreas Mínimas Comparáveis (AMC). Através desta técnica, aplica as condições para reclassificação de setores censitários em 2000 (Brasil, 2000), a fim de realizar uma comparação entre os resultados de 2000 (Brasil, 2000) e 2010 (Brasil, 2010) de uma maneira mais confiável, ao utilizar os mesmos critérios classificatórios de 2010 (Brasil, 2010) sobre os dados de 2000 (Brasil, 2000).

Como resultado cartográfico desta reclassificação dos setores censitários de 2000, temos a Figura 4. O resultado esperado seria que os setores censitários reclassificados representassem área de maior abrangência em relação aos dados disponibilizados inicialmente pelo IBGE (cf. Figura 1). Surpreendentemente, ambas as cartografias representam a mesma área, sem alterações.

Figura 4 – Aglomerados subnormais em 2000 reclassificados por Mation et al. (no prelo)



Fonte: Elaboração do autor conforme Mation et al, no prelo.

Esta análise leva a crer que as verdadeiras diferenças, ao menos no caso da cidade de Porto Alegre, não se dão na forma da expansão territorial dos

aglomerados subnormais, mas de mudanças demográficas envolvendo as populações analisadas, confirmando, pelo menos provisoriamente, a hipótese de Mation et al. (no prelo).

Além da questão relativa aos dados demográficos internos de cada setor censitário, é importante levar em consideração que o estudo cartográfico pode apresentar problemas em sua construção. As bases de AMC construídas pelo estudo de Mation et al. (Idem) podem possuir níveis de aprofundamentos que não são compatíveis com os programas utilizados na pesquisa que fundamenta o presente artigo. Desta forma, a coincidência cartográfica pode ser fruto de um não aprofundamento técnico do material atualizado pelo recálculo. Independente desta hipótese cabe a análise de que as possíveis mudanças cartográficas esperadas não são de grande expressividade, pois, caso fossem, deveriam ter aparecido no nível de aprofundamento aplicado no presente estudo. Ainda em relação a problemática do irrelevante ou inexistente aumento das áreas ocupadas por aglomerados subnormais ao se aplicar o recálculo (Mation et al., op.cit.) para comparação entre os dados dos censos de 2000 e 2010 é importante salientar que sem a aplicação do recálculo em uma comparação direta entre os dados do censo de 2000 (Brasil, 2001) e o censo de 2010 (Brasil, 2010) apresenta um diminuição da densidade populacional por domicílio (Marzulo, 2014 (a)). Permitindo se projetar a hipótese que parte do aumento populacional nos aglomerados subnormais e sua inexpressiva incidência territorial ao ser cartografado se deva a uma densificação construtiva no intervalo 2000-2010 nas favelas brasileiras. Problema dos limites da imagem cartográfica que tal como se apresenta é incapaz de detalhar dinâmica de densificação construtiva.

#### **4. QUAL FAVELA?**

Ainda inevitavelmente provisório, o estudo apresentado aponta que os movimentos distintos no fenômeno favela no contexto brasileiro nessa entrada de século implicam na necessária revisão da aplicação de nova metodologia, pelo menos constituindo uma breve série histórica sobre aglomerados subnormais uniformizados, ou seja, mantendo o método empregado até o censo de 2000 nos dados de 2010 ou aplicando pelo menos para 2000 o novo método. A divulgação dos dados do censo de 2010 (Brasil, 2010) sem a revisão do censo de 2000

(Brasil, 2000) ou sem uma versão do censo de 2010 (Op.cit.) com o mesmo método utilizado até 2000 causa essa imensa confusão. No entanto, como demonstramos a confusão não se situa apenas na comparação entre os censos de 2000 (Brasil, 2000) e de 2010 (Brasil, 2010). Tem-se também um *imbróglío* entre os dados da ONU (Un-Habitat, 2010) tratados pelo IPEA (IPEA, 2012).

Se do IBGE 2000 (Brasil, 2000) para IBGE 2010 (Brasil, 2011) a mudança de método faz com que seja verificado um aumento até então nunca ocorrido na população de favelados e no número de favelas, o tratamento do IPEA (Op.cit.) para a ONU (Op.cit.) sobre o fenômeno apresenta um decréscimo relativo, porém sobre uma população muito maior. Para completar, embora a direção oposta em ritmos acelerados, os dados não se aproximam em nenhuma das duas (2) relações mais importantes aqui analisadas, a saber:

1) a proporção da população vivendo em favelas em relação à população total do país segue distinta e com grandes valores de diferença, pois, mesmo com o aumento vertiginoso constatado pelo censo de 2010 (Brasil, 2010), a proporção da população em favelas estabelecida pelos critérios da ONU (Op.cit.) segue maior;

2) o número de favelados em crescimento vertiginoso conforme o IBGE 2010 (Op.cit.) ainda é menor do que o número total de favelados apresentado pela ONU (Op.cit.) apesar de diminuição relativa em relação a população total do país encontrada nestes dados, conforme tabela 1.

Ao tratar a imagem da favela no caso de Porto Alegre se encontra a mesma distribuição da população em termos de áreas da cidade o que remete a um hipotético crescimento populacional nas áreas já existentes entre o censo de 2000-2010, ou no entorno conforme a figura 3 demonstrou. O impacto desta constatação reside no fato que as políticas urbanas municipais de regularização fundiária e urbanização implantadas ao longo de mais de uma década (1989-2004) por governos socializantes, particularmente através do instrumento Orçamento Participativo, parecem não terem tido nenhum efeito. Cabe salientar que os dados de aglomerados subnormais remetem a década anterior conforme a definição (Brasil, 2010).

Em termos de agenda para futuros estudos de espacialização da favela, aparece como necessária a realização do mesmo trabalho realizado aqui entre os censos de 2000-2010 e o recálculo de 2000 para estabelecer uma cartografia, a partir da base de dados das outras instituições analisadas, seja em termos nacionais aqueles produzidos pela ONU (Un-Habitat, 2010), seja no caso municipal em análise, do DEMHAB (Moraes, 2000), para efeitos comparativos não apenas da questão matemático-estatística, mas também da imagem cartográfica produzida desde estes dados. Trata-se de buscar um entendimento do sentido de hipotéticas diferenças ou da manutenção da mesma imagem cartográfica conforme a fonte de dados e as instituições responsáveis por sua produção.

O discurso da imagem cartográfica apresentado, aspecto ainda a ser aprofundado em trabalhos posteriores, demonstra introdutoriamente uma perenidade, mesmo que com expansão da localização do espaço dos pobres em Porto Alegre, que perpetua um discurso sobre a distribuição de áreas críticas, através da imagem. Imagem cartográfica que certamente pode ser problematizada em virtude da confusão dos dados estatísticos que a constituem enquanto expressão geométrica. Resta enorme tarefa ao se projetar a necessidade de analisar tais construções como discursos instauradores do que é hoje a favela no Brasil ao pensar na escala das grandes metrópoles brasileiras

A favela brasileira segue desta perspectiva, como fenômeno cuja centralidade nos estudos urbanos e espaciais em geral e problemática não se esgota, antes passa por atualizações em termos de sua efetividade como objeto de investigação enquanto fenômeno referencial para compreensão de dinâmicas mundiais no quadro de aumento das desigualdades e de fluxos migratórios que não cessam as metrópoles centrais da moderna sociedade ocidental tanto como nos processos de urbanização acelerados e intensos na África subsaariana e extremo oriente; novas abordagens para seu entendimento; paradigma para compreensão da espacialização dos pobres no Brasil e América Latina; e problema incontornável para o desenvolvimento de políticas urbanas no país. Esforços no sentido de redefinição do fenômeno são assim absolutamente necessários e alterações no modo de estabelecê-lo inadiáveis em função de sua relevância.

Por outro lado, situar o fenômeno em relação a formas de abordagem contemporâneas se apresenta como tarefa urgente capaz de reposicionar os problemas colocados tornando os esforços para sua definição questão de fundo compreensivo fundamental tanto para o avanço do conhecimento no campo dos estudos espaciais como para impulsionar o entendimento do fenômeno específico desde outras perspectivas.

Espera-se aqui ter trazido contribuições particulares para o problema específico da formulação dos dados sobre as favelas no Brasil, como também para a questão sobre a construção da realidade desde dados estatísticos, em especial introduzindo a imagem cartográfica como discurso instaurador.

## 5. REFERÊNCIAS

Araujo, F. G. B. 2007. "Identidade" e "Território" enquanto simulacros discursivos. In: Araujo, F. G. B. e Haesbaert, R. *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro, Access.

Bachelard, Gaston 1999. *A formação do espírito científico*, Rio de Janeiro, CONTRAPONTO EDITORA LTDA.

Bourdieu, Pierre 1987. *El oficio de sociólogo*, Madrid, siglo veintiuno de espana editores, as.

Brasil 2001. *Sinopse Preliminar do Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro, IBGE.

\_\_\_\_\_. 2003. *Metodologia do Censo 2000*. Rio de Janeiro, IBGE.

\_\_\_\_\_. 2010. *Censo Demográfico 2010 - Aglomerados Subnormais – Primeiros Resultados*. Rio de Janeiro, IBGE.

\_\_\_\_\_. 2011. *Censo 2010 aprimorou a identificação dos aglomerados subnormais*. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/20AOG>> [Acesso em 27/11/14].

\_\_\_\_\_. 2013. *Metodologia do Censo 2010*. Rio de Janeiro, IBGE.

Certeau, M. de 1996. *A invenção do cotidiano, vol. I - artes de fazer*. Petrópolis, Vozes.

Davis, Mike 2006. *Planeta Favela*. São Paulo, SP, Boitempo.

Deleuze, Gilles 1990. *A Imagem-Tempo*, São Paulo, Editora Brasiliense SA.

IPEA 2012. *Destaque do Cidades em Movimento*. Brasília, IPEA. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/presi/131202\\_coletivacidade\\_srelease.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/presi/131202_coletivacidade_srelease.pdf)> [Acesso em: 04/07/2014]

Jay, Martin 2003-2004. *Relativismo cultural e a virada visual*. In: *Alitera Revista de Estudos de Literatura*, Belo Horizonte, Editora UFMG.

Latour, Bruno 2004. *Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia*. Bauru, SP, EDUSC.

Marzulo. E. P. 2005. *Espaço dos pobres: identidade social e territorialidade na modernidade tardia*. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, Brasil.

Marzulo. E. P. 2013. *Espaço e Poder: a disputa discursiva pela favela*. [Online], Anais XVI Congresso Brasileiro de Sociologia. Disponível em: <[http://www.automacaodeeventos.com.br/sigeventos/sbs2013/inscricao/resumos/0001/PDF\\_trab-aceito-3811-1.pdf](http://www.automacaodeeventos.com.br/sigeventos/sbs2013/inscricao/resumos/0001/PDF_trab-aceito-3811-1.pdf)>. [Acesso em 28/09/13].

Marzulo. E. P. 2014 (a). *Disputa discursiva em números: a favela brasileira na primeira década do século XXI*. [Online], Symposium of International Urban Planning and Environment Association - IUPEA. Disponível em: <[http://www.upe11.org/uploads/docs/libro\\_\\_tomo\\_1.pdf](http://www.upe11.org/uploads/docs/libro__tomo_1.pdf)>. [Acesso em 29/11/14].

Marzulo. E. P. 2014 (b). *A mudança na favela brasileira. Efeitos territoriais e demográficos na construção estatística da realidade*. [Online], Anais XIII Seminário Internacional RII. Disponível em: <[http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais\\_xiii/gt2/gt2\\_eber.pdf](http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais_xiii/gt2/gt2_eber.pdf)>. [Acesso em 29/11/14].

Mation L.F, Nadalin G. V, Krause C. no prelo. Favelização no Brazil entre 2000 e 2010: resultados de uma classificação comparável. *Texto para Discussão*. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Brasília.

Moraes, A. 2000, *Mapa da Irregularidade Fundiária de Porto Alegre*. Porto Alegre, Departamento Municipal de Habitação: Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Porto Alegre 2012. *Projeto de Reassentamento da Vila Chocolate*. Departamento Municipal de Habitação: Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Disponível em: < <http://www.abc.habitacao.org.br/wp-content/uploads/2012/10/3-DEMhab-RS.pdf>> [Acesso em 05/12/14].

Santos, Renato Emerson Nascimento dos 2011. *Ativismos Cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder*, [Online] Revista Geográfica de América Central. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/viewFile/2299/2195>>. [Acesso em: 06/12/2014].

Un-Habitat 2003. *The Challenge of Slums. Global Report on Human Settlements*. London and Sterling, VA, Earthscan Publications Ltd. Disponível em: <<http://www.unhabitat.org/downloads/docs/GRHS.2003.0.pdf>> [Acesso em 28/09/13].

\_\_\_\_\_. 2010. *State of The World's Cities 2010/11 Brindging The Urban Divide*. Reino Unido e EUA, ONU.

Wittgenstein, Ludwig 2009, *Investigações filosóficas*, Petrópolis, Vozes.